

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ADRIANA CRISTINA VANSIM GOMES

**O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a pessoa com deficiência intelectual.**

UBERLÂNDIA  
17 de maio de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ADRIANA CRISTINA VANSIM GOMES

**O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a pessoa com deficiência intelectual.**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção de licenciatura em Pedagogia apresentado à Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Polo: Igarapava - SP

Profa. Dra. Viviane Prado Buaitti

UBERLÂNDIA  
17 de maio de 2021

ADRIANA CRISTINA VANSIM GOMES

**O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a pessoa com deficiência intelectual.**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção de licenciatura em Pedagogia apresentado á Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Aprovado em:

_____	_____
_____	_____
_____	_____

## Sumário

Memorial

Resumo-----01

Introdução -----01

Histórico-----02

Dificuldades de aprendizagem e o profissional da educação-----06

O AEE para alunos com Deficiência Intelectual-----11

Avaliação do aluno com deficiência intelectual-----13

Conclusão-----14

## **Memorial**

Meu nome é Adriana Cristina Vansim Gomes, nasci na cidade de Igarapava estado de São Paulo, estudei sempre em escolas públicas, durante os anos de 1987 a 1997 as escolas eram estaduais. Os primeiros anos de educação infantil foram na EEPSG Capitão Chico Ribeiro (Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau) hoje chamada de EMEF Capitão Chico Ribeiro (escola municipal de ensino fundamental) e depois na EEPSG Alfredo Cesário de Oliveira, hoje EMEF Alfredo Cesário de Oliveira.

Posteriormente fiz graduação em Direito (Bacharel em Direito) pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, porém não seguindo a carreira.

Trabalhei durante 03 anos em uma creche escola neste município, onde pude acompanhar de perto o trabalho com crianças de 6 meses á 6 anos e foi neste momento em que percebi a importância da educação infantil, o que me levou mais tarde em iniciar o curso de pedagogia.

Trabalhei posteriormente no Conselho Tutelar de Igarapava, como conselheira, vendo de perto a situação de muitas crianças e de seus familiares e a necessidade destas terem acesso a escolas de boa qualidade e profissionais que realmente amam o que fazem, as crianças e percebam que estas são o futuro.

Após trabalhar no Conselho Tutelar e em outros locais, fui estagiar pelo CIEE (Centro Integrado Empresa Escola), em uma escola de ensino fundamental II, porém com um professor com deficiência visual (não possui a visão periférica), nesta escola acompanhei de perto muitas crianças com dificuldade e necessidades especiais, as quais sempre me chamaram a atenção por sua capacidade de amar e vontade de aprender, apesar das dificuldades que enfrentam.

Vejo neste curso a capacidade de crescer, desenvolver junto com as crianças, pois estas têm muito mais a ensinar-nos assim como nós a elas. Digo ensinar, porém é uma troca mútua de aprendizagem neste processo de interação e construção do conhecimento.

Durante o tempo em que estive trabalhando com crianças e adolescentes, pude perceber o quão é difícil compreender as necessidades especiais que cada criança possui e o quanto a educação ainda precisa se desenvolver para atender a todas sem distinção alguma.

Há alguns meses descobri que meu sobrinho de 06 anos possui um atraso, no raciocínio lógico, segundo o diagnóstico da neuropediatra é de grau leve, ou seja, seu atraso trata-se no desenvolvimento escolar, pois este irá aprender de forma mais lenta que

os demais, porém com a mesma eficácia, ou seja, ele apenas demorará um pouco mais para aprender. Este foi o principal motivo que me fez escolher a área da Educação Especial e o tema Deficiência Intelectual

## **Resumo**

A inclusão escolar ainda não possui um discurso aprofundado e que esteja voltado para o processo de construção cultural o que coloca em risco todo o processo de construção e aprofundamento sobre o cotidiano escolar, sendo assim é necessário um olhar mais prático sobre a práxis, a superação de preconceitos e apropriação de uma falsa realidade imposta. Sendo assim é necessário que futuros professores obtenham uma formação voltada para essa superação de barreira imposta durante anos.

Assim como luta-se pelo direito à educação e inclusão de todos os alunos na escola, em especial os portadores de deficiência, faz-se necessário a inclusão dos professores dentro de melhores qualificações também. Não basta incluir, é necessário a capacitação de todos os agentes escolares, pois a educação envolve todas as áreas do conhecimento.

Este trabalho traz considerações para a análise sobre o Atendimento Educacional Especializado e para a pessoa com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado

## **Introdução.**

A falta de compreensão e o preconceito são os principais responsáveis pela exclusão das pessoas com deficiência. Ao longo do processo histórico questões que abrangem os indivíduos com deficiência refletem em como as sociedades trabalham essa questão, ou seja, em sua maioria com a exclusão e em algumas sociedades até mesmo com a morte das crianças que nasciam com deficiência, por exemplo, o código de Hamurabi, conjunto de leis sobre regras e punições da mesopotâmia, apontava políticas de morte para as pessoas com deficiência intelectual. Percebe-se então, que a história é carregada de leis e regras que excluem a pessoa com deficiência.

Somente nos séculos XVII e XIX encontramos o início da aceitação de pessoas com deficiência, assim como a educação para estes indivíduos, na intenção de desenvolvê-las, porém dentro de suas limitações.

Entre os séculos XIX e XX as pesquisas de Edouard Séguin (1812- 1880) sobre a educação da pessoa com deficiência Intelectual merecem destaque, pois que segundo Tezzari (2009) foi o “precursor no desenvolvimento de um método pedagógico”:

Sua proposta era de uma educação que considerava a pessoa integralmente: os aspectos físicos, as suas funções, os aspectos psicológicos (segundo os conhecimentos existentes nessa área na época), os interesses, os sentimentos, a atividade física e a experiência. Destacava a importância do contexto, bem como das experiências e das vivências que o sujeito ali teria e de todas as ações do cotidiano (como vestir-se, tomar banho, alimentar-se. (Tezzari: 2009, p: 98-99)

## **Histórico**

O aprendizado tem sido uma forma de sobrevivência durante anos, ao analisarmos a história e sua evolução educativa podemos observar esta questão até a chegada no processo de atendimento pedagógico especial para os indivíduos com dificuldades de aprendizagens.

Na história da humanidade primeiramente observamos a preocupação com a cultura do corpo físico e toda a educação voltada para estética, e em seguida a preocupação com o espírito e posteriormente uma conjunção dessas duas preocupações pedagógicas e iniciando um processo. Somente a partir do ano de 1500 é que começou o trabalho com surdos e mudos, até chegar na educação sensorial, intuitiva. Em 1993, ocorreu uma evolução nos métodos pedagógicos voltados para a educação de indivíduos com dificuldades de aprendizagem.

A deficiência intelectual ou o atraso cognitivo talvez seja um dos maiores desafios do professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, por consequência, um dos maiores desafios da educação especial infantil.

Em 2004 que o termo deficiência Intelectual foi introduzido, através da Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão como resultado de discussões realizadas na Conferência Internacional sobre a deficiência intelectual em Montreal-Canadá. Tal declaração expos que todos os membros da Organização dos Estados Americanos – OEA tornassem efetivas as disposições determinadas na Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.

O aluno com dificuldades cognitivas apresenta problemas para aprender. Mas isso não quer dizer que ele não pode aprender. Quer dizer que precisamos adaptar atividades curriculares. Eles são capazes de aprender, porém de uma forma mais lenta que as crianças neuro típicas. Na maioria dos casos, as crianças com deficiências cognitivas, apresentam atrasos no desenvolvimento.

No Brasil, a partir do Decreto 5296/04 da presidência da República aconteceu a regulamentação das que dão prioridade de atendimento e estabelecem normas gerais e critérios de acessibilidade para as pessoas com algum tipo de deficiência (Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000). No capítulo II, do Atendimento prioritário considera que:

Deficiência mental caracteriza-se pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho; (Brasil, 2004)

Em 2015 foi aprovada a lei de Inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, por tratar de assuntos relacionados a inclusão de pessoas com deficiência esta lei ficou conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de um grande avanço na educação onde o Ministério da Educação avalia sua posição a respeito da PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva), onde a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência são prioridade.

Com a publicação das novas políticas relacionadas a educação especial, em 2008, percebem-se as mudanças e adequações que os ambientes escolares tem sofrido, tanto em nível estrutural como em nível de formação profissional de toda a comunidade escolar, não só a nível de ensino infantil ou médio, mas a nível de ensino superior, em nível de arquitetura urbana para atender as necessidades e prioridades de cada indivíduo, transporte, equipamentos, comunicação e muitos outros fatores (BRASIL, 2008).



Segundo o que diz a política educacional, os estudantes com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, altas habilidades superdotação e transtornos globais do desenvolvimento possuem o direito de cursar as salas comuns de ensino com os demais estudantes e receber o Atendimento Educacional Especializado em contra turno.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

O Ministério da Educação, para que esta inclusão seja efetivada, dá subsídios para as escolas ofertando-lhes materiais específicos, a fim de que as mesmas sejam equipadas para o atendimento especializado e que atinjam todos os alunos com necessidades educacionais especiais.

É necessário que se diga, no entanto, que este contexto de mudanças potenciais mostra a importância do professor especializado em Educação Especial para que se garanta a existência de percursos escolares satisfatórios e desafiadores para os alunos com deficiência. Essa importância respaldasse na centralidade da sala de recursos como o dispositivo pedagógico prioritário na política de Educação Especial contemporânea, considerada sua característica de não substituição do espaço da sala de aula comum para a escolarização. Além disso, as atribuições que implicam conexões/ articulações entre o docente especializado e o professor do ensino comum abrem espaço para a discussão curricular necessária nos processos inclusivos (BAPTISTA, 2011, p.66).

A formação especializada também é necessária para o professor atuar na educação especial como base da sua formação, inicial e continuada:

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.11).

Ao pensar em Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência intelectual, é preciso deixar de lado os rótulos e compreender melhor o diagnóstico da deficiência intelectual e dar ênfase ao indivíduo, ao aluno, as suas dificuldades, mas principalmente ao seu potencial de aprendizagem. Sendo assim, o Atendimento Educacional Especializado com ênfase no aluno com deficiência intelectual faz necessária a consideração dos recursos a serem utilizados em seu processo de aprendizagem e sobre tudo a avaliação deste aluno que será o norte da metodologia de ensino e aprendizagem a ser utilizada em sala comum e na sala de recursos multifuncionais, estabelecendo-se, assim, a parceria necessária entre os professores da sala comum e da especializada.

A política do AEE, todavia impõe uma visão complementar sobre o assunto e observa que se realizem trabalhos que estimulem e favoreçam todas as formas de autonomia e iniciativa de pensamentos e ações, mesmo por se tratar de processos complexos que envolvem o desenvolvimento dos alunos do AEE. Neste sentido não se pode deixar de lado o foco na deferência, mas trata-la com equilíbrio entre a condição de deficiência e a condição educacional com todos os processos de mediação, ou seja, a prioridade é o ato educativo, a mediação com os demais alunos ao conhecimento e a aprendizagem.

E é nisto que a escola deve centrar sua atenção: como se podem criar possibilidades de aprendizagem no contexto escolar, interpondo uma substancial mudança de foco, onde as dificuldades não são aprendidas simplesmente como fatores inerentes à condição biológica, mas como, também, provenientes das limitações do contexto social, no caso, escolar (OLIVEIRA, 2012, p.18).

O entendimento da diferença faz-se necessário para que haja reconhecimento e valorização de todo potencial de aprendizagem entre os alunos e os alunos com deficiência intelectual. Garcia (2012) ressalta que

[...] esses alunos não podem apenas contar com oportunidades semelhantes, mas devem ter seus direitos iguais e garantidos como seres humanos e participantes das diferentes esferas sociais. Sendo assim, devem receber condições diferenciadas de desenvolvimento e educação, possibilitando maior dignidade para sua existência e vivência cultural (2012, p.81).

Ainda há a presença de dificuldades por parte da escola brasileira no sentido de ajustar-se a um entendimento mais abrangente quando se fala em deficiência intelectual, compreender o que venha a ser os equilíbrios educativos possíveis na igualdade de direitos e de oportunidades em todo o contexto da educação e da comunidade escolar. Tem-se neste ponto a necessidade de compreender, identificar, reconhecer, acolher a diferença de forma a possibilitar a participação pedagógicas e socioeducativa, reconhecendo-os como indivíduos, reais e presentes, ligados às práticas culturais e capazes de desempenharem o processo de desenvolvimento escolar em sua totalidade.

### **Dificuldades de Aprendizagem e o profissional da educação.**

Segundo Porto (2011), aprendizagem são processos importantes para todas as pessoas, onde o indivíduo estabelece relações com outros indivíduos e conseqüentemente se desenvolvem em especial para as crianças, neste sentido Porto expõe que “[...] objetos de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaboração constantes de estruturas novas” (Porto, 2011, p. 18, apud PIAGET ,1976, p.58). conclui-se então que o aprendizado nasce de interações com meio e neste sentido observa-se uma construção de fases cognitivas que o indivíduo possui de forma nata e aos poucos vai desenvolvendo através dos estímulos recebidos, suscetíveis a contextos biológicos, sociais e psicológicos.

As dificuldades de aprendizagem podem apresentar confusões despontadas pela dificuldade na cognição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura da escrita e do raciocínio lógico. Desta forma é possível a compreensão de que as dificuldades de aprendizagem estão associadas a alguma disfunção cognitiva e/ou do meio em que vivem, tendo em vista forma de como os estímulos acontecem para este indivíduo desde seu nascimento.

Quando falamos de dificuldades intelectuais leves, estamos falando de dificuldades que chamam pouca atenção e sua descoberta é demorada o que dificulta muito a aprendizagem escolar.

Neste caso a falta de estímulo correta compromete de forma acentuada o processo de ensino aprendizagem, portanto, podemos compreender que os processos cognitivos são caminhos para a aprendizagem que passam principalmente pela genética e pelo meio em que vivem. Assim identificamos também a necessidade de o educador ter condições de adaptação ao ensino das crianças no seu contexto individual e no contexto sociocultural de cada grupo de crianças. Fatores como escola, família e o próprio aluno que não tenha um diagnóstico correto é o que pode ocasionar as maiores dificuldades de aprendizagem e ocasionar uma estimulação inadequada e tardia ou até a falta da mesma.

As dificuldades de aprendizagens trazem limitações funcionais significativas que podemos associar com condutas posteriores no meio acadêmico, social, trabalhista e de lazer, trazendo uma forte interferência no desempenho que é estimado em média geral de desenvolvimento.

Neste sentido é que a Política Nacional de aprendizagem da Educação Especial surgiu como alicerce para o ensino das pessoas com deficiência e suas classificações de acordo com os aspectos relevantes relacionados à intervenção psicológica, educacional e social e dependendo de cada especificidade de cada aluno, tal aptidão ou não será caracterizada como alunos educáveis, treináveis ou mais profunda.

O atendimento educacional especializado necessita que o profissional de educação inclusiva desempenhe um papel com um diferencial significativo, fazendo o aluno ser parte do processo e fornecendo suporte para o êxito do aluno durante o processo de aprendizagem e de vida. É necessário o uso de materiais pedagógicos adaptados de forma a estimular as habilidades destes alunos e a valorização de seu potencial, pois desta forma dará a este aluno a oportunidade de acesso adequado e real ao currículo escolar e a sua inclusão, sendo este um trabalho com um caráter complementar que o ajude a enfrentar todos os obstáculos. Neste sentido é que se intensifica a necessidade de o trabalho multifuncional ser planejado de acordo com a necessidade de cada um e de forma que o mesmo esteja presente de forma mais ativa atividades de classe comum assim como na rotina escolar comum a todos os alunos.

Pensar no desenvolvimento individual deve ser como um norte para o professor de sala de atendimento educacional especializado (AEE) e nesta o apoio de toda a equipe pedagógica para a elaboração das atividades e dos planos de intervenção e ações de intervenção a curto prazo e ao longo do ano letivo.

Tais processos investigativos podem ser iniciados pelo estudo de casos sobre cada aluno e suas especificidades, de suas necessidades e seu contexto sociocultural, ou seja, de todos os processos envolvidos no processo evolutivo e inclusivo na comunidade escolar e desta forma montar o diagnóstico e elaborar o plano pedagógico especializado a ser utilizado. Este deve atender a necessidade do aluno, a organização do planejamento que envolve a comunidade escolar e o atendimento da sala especializada com recurso multifuncional no que faz referência as questões sociais, motoras e cognitivas, de forma a subsidiar o trabalho da sala de AEE.

Conforme o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que: “[..] atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.”. (BRASIL, 2017, p.52 - 63).

Assim identificar as necessidades educativas que são as causas das dificuldades de aprendizagens, as ações que podem abranger o âmbito da família, da escola, da saúde, é necessário para atingir o objetivo e dar condição para que o aluno tenha capacidade e condição de participar dos processos comuns a todos, além uma complementação que dá suporte para garantia da aprendizagem. O atendimento do AEE, não é uma extensão da classe comum ou considerado um trabalho de reforço escolar, este deve ser considerado um trabalho diferenciado de forma lúdica de estimulação e possibilitando a estimulação ao aluno.

Essa conscientização deve ser realizada contentemente, ou seja, deve ser um hábito, uma compreensão das estratégias de adaptações da instituição e da comunidade escolar de acordo com a demanda de cada necessidade e localidade, ou seja, a escola deve adaptar-se ao aluno e não o aluno adaptar-se à escola. Quando todos se unem, a família, a escola, a sociedade, as políticas públicas e compreendem que todos tem responsabilidades com o aprendizado, desenvolvimento e inclusão dos alunos com deficiência, este processo tem êxito, acontece, evolui.

Porém ainda observamos que o ensino regular enfrenta diversas crises sociais, curriculares e de adaptações, crises nas leis havendo assim uma necessidade de debater ainda mais sobre o assunto e principalmente sobre as diferenças entre integração e inclusão e desta forma ofertar de forma adequada a adaptação necessária principalmente do componente curricular na classe comum, os dispositivos legais que garantem o direito dos alunos com deficiência serem atendidos conforme suas necessidades. Questão importante também é o fato dos alunos que não possuem deficiência, mas possuem dificuldades de aprendizagem por razões diversas como transtornos psicológicos, por exemplo o TDAH e não são assistidos pelo atendimento educacional especializado.

Desta forma conclui-se que o processo de atendimento do AEE, mesmo enfrentando muitas dificuldades e diversidades, tem o seu papel fixado dentro da escola, não deixando de lado a necessidade da sociedade em geral e especialmente do poder público na questão dos investimentos e reconhecimento das atribuições e necessidades e principalmente da importância deste serviço especializado, de forma a valorizar mais o profissional em sala e o profissional das salas de recursos e assim ofertar uma educação de qualidade em todos os sentidos e áreas. Os alunos com deficiência intelectual e o processo de ensino aprendizagem dentro do contexto sociocultural e da educação inclusiva.

Para a compreensão deste processo de aprendizagem e os alunos do AEE é importante lembrar os pressupostos histórico-culturais citados por Vygotsky” (VYGOTSKY, 1987, p. 2-3), onde diz que o ser humano nasce apenas com recursos biológicos, mas, com a interação social, cultural e de mediação, será capaz de superar funções aparentemente primárias chegando ao desenvolvimento de funções mais elevadas. Esse processo somente será possível por meio do ensino o qual leva a aprendizagem, ou seja, um processo entre o biológico e o cultural que se consolidam os processos de apropriação e de objetivação. Neste sentido, as leis que conduzem o desenvolvimento dos indivíduos com deficiências são as mesmas que conduzem os processos das demais pessoas.

Para Vygotsky” (VYGOTSKY, 1987, p. 2-3), a criança que possui algum tipo de deficiência não é menos desenvolvida ou menos importante do que as crianças que não possuem deficiência, no entanto, é uma criança que se desenvolve de forma significativamente diferente. O autor não nega “[...] a importância de fatores biológicos na explicação da ontogênese”, porém e sobre tudo, “[...] privilegia a análise dos fatores sociais como determinantes ou força do desenvolvimento, enfatizando o desenvolvimento cultural”. É importante a necessidade de compreensão do desenvolvimento do ser humano acontece de forma individual, sendo assim irrelevante a necessidade de comparar os desenvolvimentos de um indivíduo com outro, cada um é único em toda a sua essência. As pessoas com deficiência intelectual não formam um grupo homogêneo entre si, mas possuem diferenças entre si e com os demais.

Se formos falar de crianças com deficiência intelectual devemos considerar em cada processo mental existe uma diferença e uma alteração que irão influenciar na leitura, nos conceitos sobre lógica e sobre matemática, na realização de atividades diárias, sociais e várias outras questões e habilidades, porém tais processos e especificidades estão principalmente vinculadas aos processos de mediação e intervenção pedagógica, além da forma como são tratados em seus contextos de desenvolvimento sociocultural, suas histórias de vida e de convivência familiar e histórias das famílias de suas famílias e ainda podem se agravar se o processo de mediação e de intervenção não forem adequados e respeitados os processos culturais com os quais a criança tem contato.

Há uma necessidade de adequação e transformação dessas realidades marcadas pela cultura e pela história.

Tal entendimento é perceptível através da relação e correlação entre as estruturas como os reflexos, reações automáticas, fatores biológicos, culturais, psicológicos que se referem ao comportamento tipicamente humano como as ações voluntárias, memorização e várias outras.

Estas estruturas são construídas e reconstruídas de acordo com no uso de aparelhos e de signos que acontecem ao longo de toda a vida do indivíduo. Estes aparelhos estão exemplificados dentro do contexto escolar através de recursos pedagógicos, como o material dourado e blocos lógicos para construir conceitos matemáticos. Já os signos, conectam-se aos aspectos que estão vinculados à criação do homem e aos atores sociais que o cercam, tais como linguagem falada, gestual, escrita, desenho, etc. As representações internas, como exemplo, os números, são aspectos usados para simular o conceito de quantidade, o que é real se torna comunicável, compreensivo e identifica como sendo uma experiência simbólica. Mérito ao sistema de signos pois com eles o homem pode dar nome as coisas e suas experiências, compartilhando-as e inter-relacionar-se com os demais indivíduos, ou seja, afetando os seus comportamentos e sendo afetados por eles, transformando-se e desenvolvendo diversos níveis de consciência da realidade social-cultural e de si mesmo.

### **O AEE para alunos com Deficiência Intelectual.**

O atendimento educacional especializado possui a função mediar as relações dos indivíduos e entre si e deles com o mundo, assim é relevante a compreensão do conceito de mediação e desta forma entender as presunções de Vygotsky ((VYGOTSKY, 1987), e compreender que se referem ao funcionamento psicológico, sendo assim, a mediação deve ser vista como um processo de ensino e aprendizagem por meio da representação mental ou simbólica.



A mediação é abarcada, nascida do princípio teórico que possibilita as ações sociais mesmo quando não necessitam que o aluno esteja presente e participativo, um exemplo é uma criança utilizando o computador.

As várias maneiras de mediação estão presentes na história e no próprio indivíduo através de suas ações sociais quando este internaliza e repete os modos, a cultura, ou seja, a mediação é um instrumento que articula os significados que nós damos as ações a partir das relações socioculturais. A mediação como referência nas práticas pedagógicas com alunos com deficiência intelectual é possível quando se tem clareza da capacidade de realização das atividades propostas através das diferentes estratégias colocadas. Essa mediação é direta e envolve a construção de conceitos necessários para as aprendizagens seguintes.

É através das experiências socioculturais que a criança encontra meios para desenvolver funções lógicas, abstratas e outras formas mais elaboradas de conhecimento. Este é o principal motivo para conhecermos a história social e escolar dos alunos e assim compreender as estratégias que eles utilizam para a realização das atividades propostas e desta forma compreender quais necessitam de mediação, ou seja, é necessário compreender as diferentes formas em que a criança apresenta um déficit em sua interação com o meio, sem deixar de observar as condições que a constituem.

Dentro deste conceito de compensação, Vygotsky atenta para o fato de nem sempre obter resultados positivos, porém todo resultado é um processo de criação, de construção da personalidade da criança, principalmente nas funções de adaptação e formação. Portanto, o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual está interligado às formas de compensar seu déficit. Considerar isto é reforçar a importância da inserção dos alunos com deficiência intelectual em salas de aulas regulares. O processo não de forma imediata, mas mediado pelo outro e pela aprendizagem. É um mecanismo singular decorrente da experiência da criança com a deficiência.

## **Avaliação do aluno com deficiência intelectual.**

A avaliação é um processo complexo em que o professor realiza o julgamento das condições de aprendizagem da criança com deficiência intelectual e acaba sendo envolvido na subjetividade do professor que avalia e para este processo é necessário a busca por parâmetros que sirvam de norte para os pontos específicos a serem avaliados. Os professores que irão avaliar devem focar-se nas questões que respondam as necessidades reais dos alunos avaliados. Para isto é necessário que todo o processo avaliativo seja compartilhado com toda a comunidade escolar, de forma a proporcionar um olhar completo, integral e que considere todos os espaços educacionais. De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2003), deve-se avaliar pelo menos três âmbitos: educacional (ação pedagógica e escola); aluno (condições pessoais e nível de desenvolvimento); e a família (ambiente e convívio familiar).

A compreensão de que a responsabilidade da avaliação e intervenção é de todos e não somente do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um fator importante, sendo assim é fundamental a garantia de um trabalho efetivo que beneficie o processo escolar do aluno com deficiência intelectual.

De acordo com o documento publicado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2010) que se refere a deficiência intelectual retoma o conceito de diferentes âmbitos avaliativos: processos de aprendizagem e inclusão do aluno na escola, salas de recursos multifuncionais, fazendo com que haja uma avaliação que construa um perfil do professor e indique aspectos possíveis de avaliação, além de construir um perfil da criança e indicar o que deve ser avaliado em cada um dos lados, onde o professor é o centro do atendimento educacional especializado e faz o levantamento de todas as informações necessárias para a elaboração do plano de desenvolvimento individual. A relação entre a sala comum e a sala de atendimento educacional especializado devem ser de trabalho mútuo no sentido de especificar a avaliação e a intervenção, mantendo de forma mais adequada o currículo escolar.

A avaliação irá reconhecer os avanços do aluno e ser um norte para a elaboração de estratégias adequadas. Os processos de avaliação deverão estar de acordo com os objetivos traçados, tendo em vista que são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem e para definir os recursos em salas comuns. É importante a elaboração de instrumentos de avaliação adequados a cada caso. Feito isto a avaliação do AEE poderá conhecer de que ponto esse aluno chega, onde ele se encontra e quais os meios foram utilizados na construção do conhecimento, ou seja, o professor deve considerar o que esse aluno já sabe, quais conhecimentos prévios, quais as suas construções, e compreender que no AEE são construídas aprendizagens que serão a base das aprendizagens necessárias nas classes comuns do ensino regular.

## **Conclusão**

Partindo das reflexões sobre e as estratégias desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado da deficiência intelectual, infere-se que os inúmeros sentidos que a deficiência intelectual teve no processo histórico representam obstáculos ao processo de ensino- aprendizagem do aluno com D.I. Não há diferenças, portanto, quanto ao que se deve aprender entre crianças com ou sem deficiência. O que importa é que ambas usufruam de uma educação de qualidade com objetivos, conteúdos, materiais, e metodologias organizados para uma prática de ensino eficaz. As estratégias utilizadas pelos docentes no AEE, não podem abrir mão da subjetividade, considerando as experiências vividas e os limites e capacidades e devem ser, antes de tudo, satisfatórias, para que desperte no aluno o desejo de superar-se a cada dia

O atendimento educacional especializado é importante para os avanços do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e com as demais deficiências e sua inclusão nas salas de aula do ensino regular, além de ser fator importante para a inserção social destas crianças.

Os professores do AEE devem ter em mente que é necessário um trabalho conjunto com os professores das salas comuns e assim juntos possam elaborar as estratégias pedagógicas a serem utilizadas e que favoreçam todos os alunos e neste ponto pose-se enfatizar que não somente os professores devem atuar juntos, mas toda a comunidade educacional e as famílias, contribuindo, desta forma, para a inserção social do aluno e evitando qualquer ato discriminatório que possa vir a ocorrer.

### **Referências:**

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. Publicado em: 04 de Março de 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>

Neuro Saber. Instituto Neuro Saber. **Como diferenciar deficiência intelectual de atraso cognitivo?** Publicado em 22 de março de 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-diferenciar-deficiencia-intelectual-de-atraso-cognitivo/>

CORSO. Helena Vellinho. Dificuldades de aprendizagem e atrasos maturativos – Atenção aos aspectos neuropsicomotores na avaliação e terapia psicopedagógicas. Relato de Experiência - Ano 2007 - Volume 24 - Edição 73. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/370/dificuldades-de-aprendizagem-e-atrasos-maturativos---atencao-aos-aspectos-neuropsicomotores-na-avaliacao-e-terapia-psicopedagogicas>

GARCIA, D. I. B. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento e a deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. In: SHIMAZAKI, E. M; PACHECO, E. R. (Org.). Deficiência e Inclusão Escolar. Maringá: Eduem, 2012.

OLIVEIRA, A. A. S. Deficiência Intelectual: os sentidos da cultura, da história e da escola. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da

Deficiência Intelectual – Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/DOT, 2012.

GARGHETTI, F. C., MEDEIROS, J. G., NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), 10, Julio, 2013, 101-116.  
<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820>

SILVA, Christiane kline de Lacerda. I Simpósio Internacional de Educação de Santana no Estado do Amapá. Estratégias utilizadas no desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual no Atendimento Educacional Especializado – AEE. Disponível em:

<https://www.utic.edu.py/repositorio/COLOQUIOSSIMPOSIOS/SIMPOSIOS/bra/27.%20Christiane%20Klline-Francisca%20Maria%20Portela%20TC.pdf>

MEC. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. Lei nº 13.146, de julho de 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .2007. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)

SEESP/MEC. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Genebra: Unesco, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>

MEC. Política Nacional de Educação Especial. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>

VYGOTSKY, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. La

Habana: Científico-Técnica, 1987. Disponível em:

[https://saberespsi.files.wordpress.com/2016/09/lev\\_vygotskihistoria\\_del\\_desarrollo\\_de\\_las\\_funciones\\_psiquicas\\_superiores.pdf](https://saberespsi.files.wordpress.com/2016/09/lev_vygotskihistoria_del_desarrollo_de_las_funciones_psiquicas_superiores.pdf)